



Está provado: o governo mentiu!

Quem acreditou na falsa promessa do governo de que bastava os servidores adotarem modelo remuneratório diverso do que vinha sendo discutido desde 2008 que o governo não só concederia um reajuste, mas, daria um até maior sonhou, sonhou, sonhou. E o sonho se transformou em pesadelo. Até agora o PL 2199/2011 está parado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, se fosse mesmo verdade que o Executivo pretendia cumprir a promessa esse projeto já teria sido aprovado. Com ampla maioria na Câmara projetos negociados e que possuem, por sua natureza prioridade de tramitação como é o caso de projetos de iniciativa do MPU, são rapidamente aprovados. Mas, não tem sido o caso do PL 2199/2011. Só o PT e o PMDB juntos possuem oito vagas na CTASP.

O fato é que os servidores do MPU ficariam sem receber qualquer reajuste em 2012 se não fosse pela atuação cirúrgica do deputado Policarpo (PT/DF), que negociou juntamente com o presidente

da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado João Paulo Cunha, a aprovação de uma emenda que garante orçamento para pagamento de reajuste para os servidores. Segundo os deputados, a proposta serve como "janela" para que a discussão sobre o reajuste possa continuar na Comissão Mista de Orçamento. "O relator do Orçamento pode se sentir sensibilizado para conceder o reajuste", disse João Paulo.

"Nós, servidores do MPU, tivemos uma vitória importante na CCJ. No entanto, para que essa emenda seja confirmada na LOA-2012 nós precisamos colaborar com o processo de mobilização que está sendo feito pelo Sindjus nesse sentido. Estamos na reta final e não temos tempo

Ana Paula:
"Não temos tempo a perder"

ARTHUR MONTEIRO



a perder. Se não realizarmos um trabalho eficiente de pressão junto aos parlamentares e ao PGR nós amargaremos, no mínimo, mais um ano de defasagem salarial. Policarpo manteve acesa a esperança de recebermos o reajuste já em 2012. Agora, precisamos fazer a nossa parte", explicou a coordenadora-geral do Sindjus Ana Paula Cusinato.

ASSEMBLEIA DIA 29 COM INDICATIVO DE PARALISAÇÃO

No dia 29 de novembro (terça-feira), às 16h, o Sindjus convoca os servidores do MPU para assembleia com indicativo de paralisação a ser realizada no MPDFT. Precisamos aumentar a pressão nessa reta final para garantir que os recursos sejam realmente incluídos na LOA-2012.

De outro lado, está na mão do Pro-

curador-Geral da República, Roberto Gurgel, o parecer ao MS impetrado pelo Sindjus que garantirá o nosso orçamento caso o Executivo insista na posição de negar a autonomia para a definição do orçamento tanto do Judiciário quanto do MPU. Tivemos uma vitória importante na CCJ, mas ainda precisamos lutar para que as emendas sejam

aprovadas no relatório setorial e incluídas no relatório final do relator-geral da LOA-2012, deputado Arlindo Chinaglia.

Você tem todos os motivos para comparecer à assembleia para juntos encontrarmos o caminho da retomada da mobilização para garantir o reajuste para os servidores do Ministério Público.

Uma luta puxa a outra

Em 1996, os servidores do Judiciário aprovaram um PCS. Uma conquista que possibilitou a construção e a aprovação do PCS do MPU quatro anos depois. Em 2002, a GAMPU conseguida para os servidores foi de 30%. A GAJ continuou em 12%. O sindicato comemorou essa conquista, pois além do reajuste para os servidores do MPU essa vitória impulsionou que a GAJ alcançasse o mesmo patamar dois anos depois. Ou seja, sempre uma luta puxa a outra.

Por isso, se fosse verdade que o governo estivesse disposto a aprovar uma tabela maior que o do Judiciário para o MPU, o Sindjus iria comemorar e buscar a equiparação logo em seguida. A única coisa que o sindicato não deseja nesse momento é que uma tabela menor do que a da proposta do PL



CARLOS ALVES

2199, com subsídio, seja aprovada. Se isso acontecer, vários servidores terão perdas salariais significativas praticamente impossíveis de serem recuperadas.

Por isso, o Sindjus, que sempre luta pelo melhor para cada categoria, pede para que os servidores fiquem atentos à bandeira que vão levantar para que não dêem um passo sem volta.

PL 549/09 e PL 1992/07: ameaças aos servidores

Os servidores do MPU precisam se mobilizar contra a aprovação do PLP 549/09, que já está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara. O deputado Anthony Garotinho é o relator do projeto que visa deixar o funcionalismo com salários congelados pelos próximos dez anos. Essa matéria oficializa a política de reajuste zero adotada pelo governo. Mesmo tendo seu mérito rejeitado na Comissão de Trabalho e na Comissão de Finanças, o PLP 549 avança a passos largos. Não podemos permitir que ele seja aprovado. Caso contrário, o serviço público corre o risco de ficar sem reajuste e sem novos servidores por, no mínimo, uma década.

O PL 1992/07, que trata da criação

do regime de Previdência Complementar para o funcionalismo, está tramitando em regime de urgência por solicitação da Presidente Dilma Rousseff. Seu impacto negativo na previdência de todos os servidores públicos é imenso. E o discurso de que o projeto não afetaria os atuais servidores e sim os futuros é mentiroso. No último dia 22, diversos parlamentares participaram do seminário contra o PL promovido pelo Sindifisco Nacional. Entre eles, o deputado Policarpo PT/DF, que trabalhou contra o projeto na CTASP. Policarpo reafirmou sua posição dizendo que ao contrário de ver um projeto tão prejudicial como o 1992/07 tomar a cena da discussão política, gostaria de discutir matérias importantes para a valorização dos servidores.

Auxílio-alimentação tem valor reajustado

A Portaria PGR nº 631, publicada no 11º Boletim de Serviço do Ministério Público da União, edição de novembro, revoga a Portaria PGR/MPU nº 418, de 31 de agosto de 2010, reajustando assim o valor do auxílio-alimentação dos membros e servidores do MPU para R\$ 710 a partir do dia 1º de dezembro.

Para a coordenadora-geral do Sindjus Ana Paula Cusinato esse reajuste é resultado do trabalho de articulação e pressão realizado pelo Sindjus em prol dos servidores: "Desde o início do ano, quando o sindicato protocolou requerimento de reajuste do auxílio alimentação, temos levantado essa bandeira em todas as reuniões com as administrações dos ramos do MPU, cobrando as autoridades responsáveis. Não tem sentido o valor do auxílio alimentação do Ministério Público ser inferior ao valor praticado pelos tribunais superiores e TJDF".